



www.bancariosdf.com.br

Espelho



Brasília, dezembro de 2006



Esperança

MÁRIO QUINTANA

Lá bem no alto do décimo
segundo andar do Ano
Vive uma louca chamada
Esperança
E ela pensa que quando
todas as sirenas
Todas as buzinas
Todos os reco-recos tocarem
Atira-se
E
— ó delicioso vôo!
Ela será encontrada
miraculosamente incólume
na calçada,
Outra vez criança...
E em torno dela indagará
o povo:
— Como é teu nome,
meninazinha de olhos verdes?
E ela lhes dirá
(É preciso dizer-lhes tudo de
novo!)
Ela lhes dirá bem devagarinho,
para que não esqueçam:
— O meu nome é
ES-PE-RAN-ÇA...



A Diretoria do Sindicato deseja a todos os bancários e bancárias (como disse Dom Hélder Câmara)

**Que o ano seja novo, de fato: iluminemos de justiça,
solidariedade e teimosa esperança, cada ato**

Assembléia aprova orçamento de 2007

Previsão de receitas

As receitas do Sindicato previstas para 2007 são as seguintes:

Grupamentos da receitas	Valor (em R\$)
Contribuição Sindical (Imposto Sindical)	1.800.000,00
Mensalidade dos Sindicalizados	3.600.000,00
Desconto Assistencial	400.000,00
Outras Receitas	400.000,00
Total das Receitas:	6.200.000,00

Contribuição sindical — Conhecida como “Imposto Sindical”, é cobrada no mês de março de todos os bancários, sindicalizados ou não, com valor equivalente à de um dia de trabalho.

Mensalidades — São contribuições voluntárias dos bancários sindicalizados do Distrito Federal, recolhidas mediante consignação em folha de pagamento equivalente a 1% do salário de cada um, com teto de R\$ 58,27, conforme decisão de assembléia geral extraordinária. O teto é reajustado com base nos aumentos salariais.

Desconto assistencial — Decididas em assembléia, são contribuições feitas ao final da campanha salarial para cobrir os custos extraordinários campanha.

Outras receitas — Nessa rubrica são contabilizadas receitas de naturezas diversas, como por exemplo aluguel de espaços do teatro, receitas processuais, financeiras, ressarcimentos de telefone e outros serviços.

Previsão de despesas

As despesas do Sindicato para 2007 estão orçadas nas seguintes rubricas:

Grupamentos das despesas	Valor (em R\$)
Campanha salarial e negociação coletiva	484.000,00
Defesa da liberdade e autonomia sindicais	1.149.000,00
Divulgação das iniciativas do Sindicato	926.000,00
Estruturação material do Sindicato	925.000,00
Utilização de recursos humanos	2.050.000,00
Gastos institucionais eleição de 2007	150.000,00
Obrigações	286.000,00
Reserva para contingência	230.000,00
Total	6.200.000,00

A assembléia geral da categoria realizada no dia 12 de dezembro aprovou o Plano Orçamentário do Sindicato para 2007. O Informativo Bancário publica aqui um resumo das previsões de receitas e despesas da entidade. “É uma forma de prestar contas à categoria e dar transparência à gestão do Sindicato”, diz o secretário financeiro João Batista Machado.



Campanha salarial — Essa conta registra todas as despesas decorrentes da campanha salarial e das negociações com os banqueiros, realizadas em conjunto com os demais sindicatos do país. Aí estão incluídos os gastos com realização de seminários, congressos distrital e nacionais, encontros de bancos, assembléias, infra-estrutura para as mobilizações e paralisações, material impresso do Sindicato durante a campanha, inserções publicitárias em rádio e TV, cartazes, outdoors etc..

Defesa da liberdade e autonomia sindicais — Agrupa as despesas com a participação do Sindicato nas lutas gerais dos trabalhadores pela defesa de seus interesses comuns, como liberdade e autonomia sindicais, contribuições financeiras às entidades às quais o Sindicato é filiado, como CUT, Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo financeiro (Contraf/CUT), Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro-Norte (Fetec), além de repasses por serviços de assessoria e consultoria prestados por instituições construídas pelo movimento sindical, principalmente o Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos). Aqui também são contabilizadas as despesas com a liberação de dirigentes quando os bancos de origem não arcam com os seus proventos e assinaturas de periódicos de interesse dos trabalhadores, como o jornal editado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), que acompanha a atuação do Congresso Nacional.

Divulgação — Esse grupamento de contas contempla a comunicação entre o Sindicato e a categoria e entre o Sindicato e a sociedade. Inclui a participação nas publicações de caráter nacional específicas por banco; as

despesas com as comemorações das datas festivas dos bancários e a confecção de faixas de divulgação e convocação; gastos com reuniões, encontros e congressos nacionais da categoria sobre as campanhas permanentes por bancos e sobre temas específicos, como saúde, condições de trabalho, segurança bancária, assédio moral, igualdade de oportunidades etc.

Estruturação material do Sindicato — A manutenção da estrutura física e material está aqui abrangida, exceto a utilizada exclusivamente no grupamento da campanha salarial e negociação coletiva e das eleições sindicais. Para atender a base sindical onde trabalham cerca de 20 mil bancários e prestadores de serviços terceirizados, espalhados em milhares de dependências em todo o DF, o Sindicato precisa ter uma estrutura material adequada, tecnologia moderna e equipamentos, para suporte técnico de comunicação e transporte.

Recursos humanos — É o maior grupamento das despesas. Além da folha de pagamento aí estão incluídas as prestações de serviços com assessoria jurídica, comunicação, contabilidade, saúde e serviços de segurança.

Eleições do Sindicato — Gastos estimados para custear a realização das eleições da nova Diretoria do Sindicato para o triênio 2007/2010, com transporte, mesários, edital e estrutura de informática.

Obrigações — Representam dívidas previstas para serem salgadas em 2007 e outras despesas para manutenção de contas bancárias, recolhimento da CPMF, IOF e Refis.

Reserva para contingência — São valores contingenciais para atender às necessidades emergenciais do Sindicato em 2007.

Terceirização feita pelos bancos é ilegal, acusa Ministério Público

Na sede do Ministério do Trabalho e Emprego, em Brasília, no último dia 11 de dezembro, foi entregue o relatório resultante do processo nacional de fiscalização realizado pelo MTE, a partir das denúncias encaminhadas no ano de 2005.

O material foi produzido a partir das fiscalizações realizadas por uma força-tarefa multidisciplinar composta de auditores do trabalho, engenheiros em segurança e medicina do trabalho, em automação e tecnologia, entre outros. A equipe foi coordenada pela doutora Ruth Beatriz de Vasconcelos Vilela, secretária de Inspeção do Trabalho. Outro órgão importante no enfrentamento da terceirização é o Ministério Público do Trabalho, por meio do setor de combate às fraudes nas relações trabalhistas.

O processo se iniciou em 1º de maio de 2005, quando a



Rodrigo Britto, diretor do Sindicato, participa de reunião no Ministério do Trabalho

Confederação Nacional e representantes de sindicatos de bancários entregaram um levantamento-denúncia ao então ministro Ricardo Berzoini. A partir daí, foi criada a força-tarefa multidisciplinar do MTE que visitou postos de serviço das terceirizadas para verificar as condições de trabalho, avaliar os contratos, fazer levantamento da legislação e entrevistar funcionários dos bancos e das prestadoras.

Nesta primeira fase, as áreas fiscalizadas foram as relacionadas com retaguarda, tesouraria e compensação bancárias, o que quer dizer processamento, autenticação e compensação de cheques, malotes e material entregue em caixas eletrônicos, além de transporte de valores de empresas contratadas pelos bancos Bradesco, Unibanco e ABN Amro. De imediato, foram identificados 6 mil

bancários que trabalham para esses bancos sem o respeito à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).

Se antes havia denúncias dos sindicatos e jurisprudência de ações isoladas na Justiça do Trabalho, agora há um parecer do MTE que responsabiliza exclusivamente os bancos pela ilegalidade.

A rigor, a estratégia de segmentação adotada pelos bancos envolve a captação de recursos e empréstimos em empresas diferentes de uma mesma holding e a oferta de uma infinidade de produtos e serviços financeiros. Mas, na prática, reduz salários e precariza a relação contratual dos trabalhadores. O MTE constatou que, independentemente da região, do banco e da empresa contratada, a organização é igual, o que evidencia um problema de todo o sistema financeiro.

Contraf e Fenaban discutem segurança

A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e a Fenaban, em reunião realizada no último dia 15, instalaram oficialmente a mesa de negociações sobre segurança bancária.

Durante a reunião, os representantes dos trabalhadores reafirmaram todas as suas reivindicações, que já são conhecidas dos banqueiros. “Fizemos um resgate sobre os problemas de segurança que clientes e bancários enfrentam diariamente nas agências. O número de assaltos a bancos tem crescido muito,

só na região metropolitana de São Paulo aumentou em 68% no último semestre. Fora os seqüestros de bancários e as mortes que ocorreram nos bancos. Só este ano, mais de quinze pessoas perderam suas vidas. Cobramos responsabilidade da Fenaban para negociar uma solução para o problema da segurança”, explicou Carlos Cordeiro, secretário-geral da Contraf-CUT.

Os bancários, entretanto, ficaram chocados ao ouvirem dos banqueiros que a Fenaban não tem qualquer proposta para apresentar.

Sindicato tem presidente interino

O diretor José Avelino, do Bradesco, assume interinamente até o dia 19 de janeiro a presidência do Sindicato durante o período de férias do presidente, Jacy Afonso.



Informativo Bancário tira férias em janeiro

Em função das férias coletivas dos funcionários do Sindicato, que funcionará em regime de plantão, o *Informativo Bancário* deixará de circular durante o mês de janeiro, voltando à sua periodicidade normal em fevereiro. Durante esse período, serão produzidos boletins eletrônicos, específicos por banco ou de interesse geral da categoria, caso seja necessário.

Para receber nossos boletins virtuais, cadastre-se no site www.bancariosdf.com.br, link **Notícias no seu e-mail**.

BB aceita calendário de negociações sobre problemas na Cassi e Previ

A Contraf-CUT pressionou e o BB aceitou estabelecer cronograma de negociações para debater o desequilíbrio da Cassi e melhoria de benefícios na Previ e solucionar. Embora a Cassi já esteja em discussão há mais de dois anos, o BB reafirmou sua posição em avançar nas negociações e construir um projeto de reestruturação da entidade. Também participaram das negociações, realizadas na quarta-feira 20, os conselheiros e um diretor eleitos da Cassi e um representante dos aposentados.

“Em 2006, a Cassi esteve na pauta de praticamente todas as negociações com o banco. Chegamos a trocar projetos, mas nem a diretoria aceitou nossas propostas e nem nós aceitamos as deles. Esperamos agora que o BB faça um esforço para superar os impasses, como nós estamos fazendo, para que possamos encontrar uma solução”, afirmou Marcel Bar-

ros, coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários.

O BB também se comprometeu a negociar as reivindicações da Previ, paralelamente aos debates da Cassi.

A Contraf-CUT também cobrou outras pendências. Uma delas é a terceirização dos envelopes do auto-atendimento. Os representantes dos bancários disseram que o BB está na contramão da lei e os negociadores do banco afirmaram que vão estudar o assunto.

Outra pendência é a Verba 109. O banco justificou que o acerto desse valor é feito manualmente e explicou que, quem tem o direito e não estiver recebendo, deve fazer um “resolve” para o banco.

A Gratificação de Função, prevista no acordo coletivo, também será implantada manualmente e só deve ser feita a partir de janeiro, de forma retroativa.

Marcha: conquista inédita sobre salário mínimo e IR

Além da elevação do salário mínimo para R\$ 380,00 (o que representa aumento real de 5,3%) e da correção de 4,5% da tabela do IR para 2007, os trabalhadores alcançaram uma conquista inédita com a Marcha capitaneada pela CUT no dia 12 de dezembro, que teve participação destacada do Sindicato.

Pelo acordo fechado com o governo federal na madrugada da quarta-feira 20, de 2008 a 2010 o salário mínimo terá aumento real equivalente ao crescimento do PIB e a tabela do IR também será corrigida em 4,5% a cada ano, recompondo as perdas do governo FHC. Todas as centrais sindicais

participaram da Marcha e do acordo com o governo.

“O acordo estabelece, após vários anos de pressão por parte das centrais sindicais, uma política de valorização do salário mínimo”, diz Artur Henrique, presidente da CUT.

Além disso, a data de pagamento do salário mínimo será antecipada. Em 2008 será pago em março, em 2009 em fevereiro e a partir de 2010 em janeiro.

“Esse acordo inédito abre a possibilidade de estabelecermos uma política salarial para todos os trabalhadores e da redução da jornada de trabalho sem diminuição do salário”, prevê Jacy Afonso, presidente do Sindicato.



Jacy Afonso, José Wilson, Rodrigo Britto, Eduardo Araújo, Mirian Fochi, José Pacheco, Rafael Zanon, José Uilton, Moysés Berndt, Jany Coeli e Leandro Borges desejam aos colegas do BB que 2007 seja repleto de conquistas e de alegrias